

O CONCILIADOR

ORGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR

DA PROVINCIA DE SANTA CATHARINA.

REDACTORES — DIVERSOS

CONDIÇÕES.

Publica-se uma vez em cada semana (quinta feira). As assignaturas são pagas adiantadas.

Numero avulso 160 réls.

ASSIGNATURA SEM PORTE.

Anno 6\$000 rs.
Semestre 3\$000 »

COM PORTE.

Anno 6\$500 »
Semestre 3\$300 »

SECÇÃO POLITICA.

Desterro, 1 de Maio de 1873.

Felicitação.

No dia 23 de manhã, deu fundo no ancoradouro desta capital, o paquete *Camões* — trazendo a seu bordo o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira, digno presidente desta provincia.

O Exm. Sr. Dr. Accioli vice-presidente, acompanhado das pessoas mais gradadas do lugar, immediatamente se dirigio ao vapor, afim de cumprimentar o illustre hospede.

S. Ex. desembarcou no antigo trapicho da alfandega, não somente seguido pelas pessoas mencionadas que o forão saudar a bordo, como tambem por outras que o esperavão no logar de desembarque, para fazer parte da comitiva que o devia acompanhar até o palacio da presidencia.

No dia seguinte a 1 hora da tarde prestou juramento e foi empossado, no paço da camara municipal, do cargo de presidente da provincia, o mesmo Exm. Sr., sendo-lhe em seguida feitos os cumprimentos do estylo pelas corporações de todo o functionalismo.

S. Ex. tem agrado a todos, pelas manifestações de simpatia com que o receberam aquelles que o tem procurado. Cavalheiro despido de etiquetas, sem descer do lugar que occupa, ouve a todos com benignidade manifestando-se com franqueza sobre o que tem de decidir.

O partido conservador ufana-se de ter á frente da administração da provincia, o Exm. Sr. Dr. P. Affonso Ferreira, porque está convicto de que a provincia, sob sua habil direcção, ha de caminhar na senda do progresso a que tem direito; embora inimigos latentes e disfarçados se esforcem como têm feito, por paixões pequenas e mesquinhas, em desacreditar a mesma provincia, já ferindo-a no seu credito publico, já procurando desviar, por inveja, todo espirito de associação.

S. Ex. vem encontrar na direcção das diversas repartições pessoal melhor do que encontrão seus antecessores; na alfandega e outras arrecadações tanto geraes como provinciaes, o caminho se acha desembaraçado e as rendas publicas garantidas.

Felicítamos pois a provincia pela vinda de S. Ex. para dirigir os seus destinos, bem como o partido conservador por ter o gabinete do Exm. Sr. visconde do Rio-Branco feito escolha tão acertada de seu delegado, recabindo esta no Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira, a quem o orgão do partido conservador desta provincia cumpre o sagrado dever de o cumprimentar, desejando-lhe uma longa e feliz administração como ó de esperar.

Recapitulação.

Entregou a administração da provincia no dia 24 do p. passado o Exm. Sr. Dr. Accioli d'Almeida, vulto que pertence hoje á historia, porque, assim como ella registra em suas paginas os feitos d'aquelles que se apartarão da justiça, inscreve tambem os actos dos que não tiveram em sua vida publica outro fim que o beneficio commum.

Dote e agradável é pois d'esta feita a nossa tarefa de recapitularmos aqui as acções do illustre administrador que, pelo seu trabalho, pela sua intelligencia, pela sua imparcialidade mereceu a maior estima de todos os conservadores como o respeito e a consideração daquelles adversarios em cujos corações não têm entrada o despeito e a paixão; e quando um dia o cadinho da criti-

tica severa mas imparcial dos vindouros apreciar os actos de S. Ex. certamente então o nome de S. Ex. passará a occupar logar distincto entre os justos, entre os bons, entre os sabios.

Mas enquanto não chega este dia, apreciemos nós a administração de S. Ex., revestindo-nos para isso da maior imparcialidade, afim de que falle antes a voz do juiz que a voz do amigo, e de que S. Ex. se apresente aos pósteros antes como um homem do que como um idolo.

Assumio S. Ex. a presidencia desta provincia em fins de janeiro, nas vespas da eleição de um deputado, que era com todo o vigor pleiteada:— de um lado, pelo partido liberal em peso que trabalhava a principio occultamente, depois ás escancaras, secundado neste empenho por alguns partidarios que se dizião conservadores, poucos, e cujo unico fim era desmoralisar a actual situação que tem por chefe supremo o venerando Sr. visconde do Rio-Branco; do outro, pelo grande partido conservador que sustenta na provincia essa mesma situação como a mais capaz de trazer ao paiz a verdadeira felicidade publica.

O Exm. Sr. Dr. Galvão, então 2.º vice-presidente em exercicio, em cumprimento ás ordens do governo imperial, tão claramente manifestadas na sua circular de agosto do anno passado, se bem que conhecesse intimamente o estado das cousas e o triumpho inevitavel do partido conservador, que fizera o electorado em quasi-toda a provincia, conservava-se por isto mesmo neutral, tudo mais que no estado actual das cousas a victoria para os amigos que o sustentavão não só seria certa, como mesmo imprescindivel.

Comprehendendo porém isto os futuros vencidos, intentarão mostrar, pelos seus actos exteriores o dominio que tinham sobre a primeira autoridade da provincia, a fim de que annunciado esse acto com estrondo para as localidades de fóra, pudesse influir na firme resolução que tinha já tomado a maioria do electorado.

Não surtiu porém este plano o desejado effeito, porquanto com a nobre independencia que o caracterisa, não só repellio a influencia dos sagazes adversarios, como, chamando o Exm. Sr. Dr. Accioli, passou-lhe inconscientemente a administração da provincia, tendo sido, havia pouco, nomeado presidente de Sergype.

Tomando a si a grande responsabilidade da gerencia dos negocios publicos da provincia, o Exm. Sr. Dr. Accioli não teve outra norma de conducta que não fosse a traçada pelo seu digno antecessor, e da qual não havia necessidade de afastar-se, sendo o estado das cousas o que já deixámos dito, e por consequencia futuro deputado o Exm. Sr. capitão de fragata Cotrim que, acabamos de saber por telegramma ter já tomado assento na camara temporaria como digno representante de Santa Catharina.

Visando só o bem publico, alheio á lucta eleitoral que se dava, se S. Ex. interveio alguma vez foi sómente para indicar aos contendores os lugares que lhes competião e dos quaes se não devião apartar.

Se uma autoridade policial abusava, por exemplo, da influencia que lhe dava o cargo, em beneficio de um ou outro dos candidatos, então S. Ex., executor fiel das ideias do governo, demittia-o, é verdade, para que não sahisse do terreno legal, e para que não houvesse abusos.

Funcionario publico nenhum por mais pequeno que fosse, foi demittido por motivo de eleição, e ninguém por certo contestará a liberdade com que todos manifestavão as suas ideias, ou antes as suas sympathias por este ou por aquelle candidato.

As mesmas demissões que se derão a funcionarios da policia não excederão de uma ou duas, assim como ninguém ignora que o delegado de policia da capital foi exonerado a seu pedido. De ha muito que elle requisitava essa exoneração.

Os outros, supplentes de cargos policiaes e de justiça forão exonerados, uns por não terem aceitado, outros por não terem prestado

juramento, outros ainda por terem aceitado póstos na guarda nacional. Querer-se-hia talvez que S. Ex. com prejuizo do serviço publico não attendesse ás propostas do digno Dr. chefe de policia interino, porque o preenchimento dessas vagas ia ferir a pessoa de quem nem se lembrava o Exm. Sr. Dr. Accioli?

Depois, se S. Ex. pretendesse interferir no pleito não teria feito todas essas exonerações antes e não depois da eleição, como se deu? Em que aproveitavão ellas ao actual deputado, quando a eleição já estava passada?

Tudo é um motivo para accusações quando a paixão substitue á calma com que se deve analysar os actos de uma autoridade como a primeira da provincia!

O Sr. secretario interino da presidencia foi fazer um passeio ás freguezias de Canasvieiras e do Rio-Vermelho,—accusemos o presidente, porque o Sr. secretario andou cabalando de ordem de S. Ex. E porque se deu o facto do passeio, já se augmentou que elle tinha ido a Santo Antonio, e tinha andado de ordenança atraz! O Sr. Dr. Martinho Domiense Pinto Braga tinha de ir para o Itajahy, aonde reside, e por isso tinha necessidade indeclinavel de passar em Tijucas,—accusemos o presidente e digamos que o Dr. Braga foi cabalar em Tijucas com uma confidencial de S. Ex., em que dizia que a candidatura Cotrim era patrocinada pelo Sr. visconde do Rio-Branco! Coincidio a estada do Sr. Dr. Ribeiro nessa villa com a suspensão do tenente-coronel Eugenio, conservador; não digamos que este tenente-coronel que, na vespas dera uma relação escripta a uma pessoa, dos eleitores do collegio, em que vinha o seu nome com a seguinte declaração adiante — *voto no Cotrim* — acompanhou o Dr. Braga por despeito da suspensão, mas digamos que foi suspenso porque — *iu votar* — no Dr. Braga, e isso por intermedio do encarregado da instrução que nessa occasião inspecionava as escolhas da villa!

O juiz de paz da Pescaria Brava addiu muito bem a eleição de eleitores que, feita antes da eleição secundaria, devia dar um resultado de seis votos mais ao Sr. Cotrim,—visto tão preconizada interferencia da autoridade—não digamos que foi uma medida de preceito legal do juiz de paz,—mas que os eleitores que devião sahir da urna erão *braguiastas* e que por isso foi addida a eleição!

Sciencia do futuro!
A maioria no Itajahy era impotente para vencer a maioria, e, turbulenta, pretendia plantar a desordem; não se diga que o juiz de paz previdente pediu — *seis praças de policia* para garantir a ordem, mas declare-se que *essa força* foi quem deu o triumpho aos contrarios!

Accusações! accusações! nem uma prova!
O Exm. Sr. Dr. Accioli não chamou a palacio um unico eleitor, menos o empregado publico. Convidamos a que se nos prove o contrario.

Nem uma ameaça, nem um pedido. Respeito absoluto ás ideias. Vença quem tiver maior numero, dizia S. Ex., e outra cousa não podia dizer.

Os honrados professores da SS. Trindade, que primão pela sua independencia de caracter, quando pela primeira vez a *Regeneração* deu-os como violentados, propuzerão-nos publicarmos cartas suas declarando a falsidade de tal asserção. Respondemos que a essas accusações, que por si só se desfazem, só se responde com completo desprezo.

O Exm. Sr. Dr. Accioli está superior a todas essas accusações infundadas, e onde a carencia de provas como a ingratitude do terreno, salta aos olhos.

Nem um conlito, nem um pacto foi feito para que tivesse depois de ser realisado.

O honrado Sr. director da fazenda provincial achava-se gravemente enfermo: pediu o favor da lei — a aposentadoria. Haveria cousa mais justa do que dar-se a aposentadoria a um benemerito da patria que arruinou a sua saúde no serviço publico? Para o substituir foi nomeado o illustrado

Sr. conego Elby, indigitado pela opinião publica e pelo mesmo orgão democratico.

Esta nomeação foi uma verdadeira surpresa para S. Revma.

Que estranhar? que admirar? Sabe-se dos motivos que conduzirão á aposentadoria do honrado Sr. administrador da mesa de rendas, que publicamente dizia já estar caçado e desejar aposentar-se. Para que pois fallar-se de uma cousa que todos sabem?

Não foi a substituição feita com um empregado habilitado até para reger a mesma directoria?

Certamente.
Note-se que tudo isso foi antecipadamente indigitado pela folha da opposição. Ella indicou, o Exm. Sr. Dr. Accioli achou bom, aproveitou. Pois um adversario não póde ter uma boa ideia?

As vagas que naturalmente se derão, forão preenchidas por accesso, entrando apenas um inoço de fóra para guarda de numero, e cujo nome foi ainda dado pela *Regeneração*.

A quem queria que nomeasse?
Sentindo que os cofres da provincia não estivessem em condições de attender ás necessidades de que se resentera as nossas estradas, avariadas e muito pelas chuvas que tivemos este anno, S. Ex. entretanto sempre póde com custo autorisar o concerto de algumas do municipio de S. José, um dos mais importantes, nomeando para administrador o honrado e probe Sr. Constancio José da Silva Passos, que no principio de ha de, no devido tempo, prestar contas de como empregou os dinheiros publicos.

Não querendo o tenente-coronel J. Pinto da Luz reformar a proposta que, por tres vezes, lhe foi recambiada pela presidencia com observações do respeitavel Sr. coronel commandante superior, reenviando sempre a mesma proposta, procedeu o Exm. Sr. Dr. Accioli de conformidade com as ponderações do mesmo commandante superior, fazendo as nomeações, tanto mais que o tenente-coronel J. Pinto não dava uma razão bastante porque assim procedia.

Isto desagradou á opposição, mas porque? Queria talvez que o Exm. Sr. Dr. Accioli, pondo de parte as informações do digno Sr. coronel - Neves, subscevesse a injusta proposta do Sr. tenente-coronel em que erão preteridos muitos sargentos e guardas, fardados, promptos e com serviços prestados?

Depois que esta questão do tenente-coronel J. Pinto não foi encetada pelo Sr. Dr. Accioli, mas pelo Exm. Sr. Dr. Galvão, cujos passos seguiu o seu illustrado successor.

Mas para que proseguir quando deste jaez são todas as outras accusações movidas por uma opposição systematica?

Não é por ventura bastante o que ali deixamos consignado, para se provar a injustiça de todas essas accusações que não tem outro fim, que o de chegar-se ao benemerito gabinete de 7 de março, atacando-se a pessoa de um de seus dignos delegados?

Sim. A opinião publica da provincia lavrou já o seu juízo favoravel sobre a administração do Exm. Sr. Dr. Accioli, e o dos posteros, dado com a calma, a reflexão e a imparcialidade de quem quer escrever a historia, certamente não se arreadará do que della fizerão os seus contemporaneos.

Mais um.

"A *Regeneração* tendo manifestado preferencia pelo candidato vencido, não pode deixar, agora que o pleito está decidido em ultima instancia, de consignar-lhe estas palavras:

Ao legitimo deputado de Santa Catharina rasgarão o diploma, mas em troca erigirão-lhe um altar no coração do povo!"

São estes os dois ultimos periodos do artigo «Mais um» publicado na *Regeneração* de domingo ultimo. Na realidade, não podião as liberaes achar melhor sabida para a posição falsa em que imprudentemente se collocão para com seu derrotado candidato. Sirva de satisfação ao illustrado Dr. Rodrigues Braga, a garantia que lhe dão os libe-

SECCÃO OFFICIAL.

Secretaria do Governo.

EXPEDIENTE DO DIA 7 DE ABRIL DE 1873.

EXTRACTOS.

ACTO. — O vice-presidente da provincia, de conformidade com a proposta do dr. chefe de policia interino, datada de 5 do corrente, sob n. 72, resolve exonerar do cargo de 1.º supplente do delegado de policia do termo de S. Miguel o cidadão Joaquim Alves da Silva, por não ter prestado juramento; de 2.º dito Porfirio José do Amaral, por ter sido nomeado 3.º supplente do juiz municipal; e de 3.º dito, Justino Francisco Garcia, a bem do serviço publico; dos cargos de 2.º e 3.º supplentes da subdelegacia da villa do mesmo nome, os cidadãos João Nicoláo Borne e José Claudino de Faria, por não terem prestado juramento e do de 3.º supplente da do districto de N. S. da Piedade, o cidadão José Justino Garcia, por igual motivo; e nomêa para os substituir nos ditos cargos os cidadãos abaixo declarados:

Termo de S. Miguel.

Para delegado de policia, que se acha vago, Alexandre Eloy de Azevedo Coutinho.
Para 1.º supplente Eduardo José do Amaral.

Para 2.º dito Manoel Claudino Vieira.

Para 3.º dito José Victorino da Rocha Linhares.

Villa do mesmo nome.

Para subdelegado de policia, Manoel Marcellino d'Andrade.

Para 1.º supplente, Pedro Machado da Luz.

Para 2.º dito João Francisco da Roza.

Para 3.º dito Manoel Joaquim de Carvalho.

Districto de N. S. da Piedade.

Para 3.º supplente, Hypolito José Pereira.

Remetteu-se os titulos dos nomeados ao dr. chefe de policia em officio n. 58.

Dia 8.

ACTO. — O vice-presidente da provincia, em vista da proposta do dr. chefe de policia interino desta data, sob n. 74, resolve exonerar, a bem do serviço publico, dos cargos de subdelegado, 1.º e 2.º supplentes da freguezia da Praia de Fóra os cidadãos Camillo José d'Abreu, Alexandre José de Souza Baimha e José Antonio da Luz e nomear para os substituir nos ditos cargos os cidadãos seguintes:

Freguezia da Praia de Fóra.

Para subdelegado, o cidadão Anaéto Pereira Valente.

Para 1.º supplente, Sergio-Vieira de Souza.

Para 2.º dito Luiz Joaquim Vieira de Souza.

Remetteu-se os titulos dos nomeados ao dr. chefe de policia em officio sob n. 53.

Dia 14.

ACTO. — O vice-presidente da provincia, considerando que as juntas classificadoras da emancipação dos escravos deixarão de funcionar por não terem sido rubricados e apresentados em tempo os livros a que se refere o art. 31 do regulamento, que baixou com o decreto n. 5135 de 13 de Novembro de 1872, resolve adliar para a primeira domingo do mez de Maio proximo futuro a primeira reunião das mesmas juntas, devendo preceder os annuncios prescriptos no art. 30 do citado regulamento e a remessa dos mencionados livros.

Fação-se as devidas communicacões.

Remetten-se copia do acto ás juntas classificadoras da emancipação dos escravos.

Dia 15.

ACTO. — O vice-presidente da provincia resolve, de conformidade com a proposta do dr. chefe de policia interino, datada de hoje, sob n. 77, exonerar os cidadãos: José Feliciano da Silva Macuco, do cargo de 1.º supplente do delegado do termo de S. Sebastião, por ter sido nomeado supplente do juiz municipal; José de Vasconcellos Cabral do de 2.º supplente do mesmo delegado, por não ter prestado juramento; José Antonio Martins do de subdelegado da sede daquelle termo, a bem do serviço publico;

Isidoro José Marques Firme do de 1.º supplente da referida subdelegacia, tambem por não haver prestado juramento; José Joaquim de Andrade do de subdelegado da villa de Porto Bello, a bem do serviço publico.

Resolve, outrossim, á vista do que lhe foi proposto pelo mesmo dr. chefe de policia interino em officio n. 78, nomear: para 1.º supplente do delegado acima citado, o actual 3.º supplente Manoel Teixeira Brasil Junior; para 2.º Francisco Dias da Costa; e para 3.º Felisbino Alves de Brito; para subdelegado da villa de S. Sebastião, Miguel Paulino Reinert; para 1.º supplente do mesmo, José Maria Fagundes; e para subdelegado de Porto Bello, Francisco Pereira da Fonseca.

Expeção-se os titulos de nomeação e as communicacões necessarias.

Remetteu-se os titulos dos nomeados ao dr. chefe de policia em officio n. 55.

ACTO. — O vice-presidente da provincia resolve exonerar do cargo de guarda de numero da collectoria de rendas provinciales da villa de Itajaby o cidadão José Bernardino d'Oliveira por assim o haver pedido, e nomear para o substituir no referido cargo o cidadão Serafim de Souza da Silva.

Neste sentido expeção-se as devidas communicacões.

Communicou-se á fazenda provincial em officio n. 122.

SECCÃO INEDICTORIAL.

Srs. Redactores.

Sendo a publicidade o elemento essencial a toda organização judiciaria nos paizes livres, por isso consideramos de myster que a opinião e a justa censura acompanhem os actos judiciais, analysando-os para não só garantir as partes, como tambem para enfraquecer os preconceitos, e os empenhos; é assim que, não podem olvidar se os juizes que os olhos do povo estão sobre elles, e que seus erros e abusos serão bem percebidos e expostos com energia e reprobacão. Portanto, chamamos a attenção da opinião publica, verdadeiro tribunal da responsabilidade moral, para os actos do juiz municipal e orphãos do termo de S. Francisco, o bacharel José Bernardes Marques Leite; os quaes continuamos e continuaremos a publicar, até que esse justo tribunal, apreciando-os nos faça a devida justiça.

Establoceremos circunstanciadamente a questão, para que chegue ao alcance de todos, e em seguida transcreveremos fielmente o modo porque foi ella decidida pelo referido juiz — em provimento de agravo que proferio como juiz de direito interino da comarca.

Falleceu no anno passado na freguezia de Barra-Velha, Joaquim Antonio Marcellino, deixando liberas em testamento suas escravas Benedicta e Izabel, além de outros legados; declarando que os valores dessas liberdades e legados sahirão de sua terça. (E nem de outro modo o podia fazer por ter herdeiros necessarios.)

Em Julho do mesmo anno o juiz municipal então em exercicio, foi fazer o inventario dos bens existentes, não só por haver orphãos interessados na herança como tambem por ter direito á taxa sobre os legados — a fazenda provincial. Avaliárão-se os bens e com elles forçosamente as escravas liberas no testamento.

Correu o inventario sua marcha regular, até que no acto de alimpiação de partilhas, e em audiencia publica fizeram os herdeiros seus pedidos. A viuva inventariante escolheu o que havia de melhor em propriedades, terrenos e escravos, e tudo pediu em pagamento de sua meação. O juiz municipal na interlocutoria que proferio mandando proceder a partilha, determinou summarissimamente como lhe cumprio, que taes e taes bens fossem dados á viuva, taes e taes ao herdeiro tal, e assim por diante.

Aconteceu porém, que havendo entre muitos um terreno no lugar Penha, o qual a viuva pedia, e sobre elle tambem fazia seu pedido o herdeiro José Francisco d'Espindola, o juiz na dita interlocutoria mandou que esse terreno (47 braças) fosse dado em pagamento da legitima ao dito herdeiro, e que se attendesse em tudo mais á viuva visto não haver opposição alguma.

O procurador da viuva não satisfeito com

isso, a toda força queria que esse terreno fosse dado á sua constituinte, e por isso aggravou dessa interlocutoria, e o juiz de direito interino bacharel Bernardes Marques Leite, tomando conhecimento do agravo, proferio o seguinte provimento:

« Vistos e examinados os autos etc. as razões de agravante e as do juiz de quem se agrava, dou provimento ao recurso interposto; porque não está *ad litem* do juiz á quo o poder de alterar a gradação dos objectos pedidos na audiencia da alimpiação de partilha; e porque, neste caso, se o que a viuva pedia para o pagamento de sua meação, não cabia nas forças della, não era licito ao juiz preparador, preferir o primeiro, o terceiro, o decimo, ou o quinto objecto pedido para mandar fazer o seu pagamento, e sim conservar a ordem gradativa em que esão elles feitos, desprezando os ultimos que nas forças da meação não se contiverem, uma vez preenchida ella. Do contrario nem se conserva a igualdade de direito, nem a equidade e nem se evitam os pleitos futuros. (1)

« Por estes e outros motivos (2) dou provimento ao presente agravo, para o fim de se reformar a interlocutoria. Considerando mais que ainda não está convenientemente preparado este inventario para a partilha e julgamento, e para que não se dupliquem despezas e se não augmente a demora; Mando ao juiz preparador que delibere sobre os legados que estão sujeitos á taxa da fazenda publica e quaes os que não o estão. Mando que faça reparar a criminoza irregularidade que praticou o primeiro supplente do juiz de orphãos, mandando discrever e avaliar duas pessoas liberas desde o dia 6 de Maio do presente anno (3) como si vê as fls. 24, e fls. 46 e 55, cujas liberdades não podia o dito juiz ignorar, mesmo a até porque despachava, como juiz de causas e reziduos, no mesmo testamento com que pereceu o inventariado. O que infelizmente indica, que ha juizes que não despacham pelo que do ventre dos autos consta, e sim, o fazem á esmo, ou por conversas particulares, crendo, tal vez piamente, que marcham com os principios de Justiça e de direito, e com tudo não cumprem seus deveres. Volte o juiz preparador sua attenção para a somma total dos bens avaliados a fim de reconhecer sua exatidão e não dar uma partilha ficticia. (4) — (Estavão quatro linhas riscadas — e á margem: cancelei quatro linhas. *J. B. M. Leite*) — Mando, que se repare com a maxima diligencia possivel, a irregularidade das avaliações de dous innocentes avaliados sob ns. 43 e 44 — Paulo e Melvina — a fls. 25, sem prejuizo do andamento do inventario; que o juiz preparador, com a gravidade e zelo proprio de seu elevado cargo, exija, colha provas, quer escriptas autenticas, quer circumstanciaes, sobre as idades d'aquelles innocentes, afim de que, sem a mais leve duvida, se convença o juiz, que taes creanças nasceram antes da primeira hora do dia 28 de Setembro de 1871; porque si duvida restar por falta de prova authentica ou circumstancial (certidão de baptismo, depoimentos das mães, parteiras, vizinhas e mais pessoas que tenham razão e não interesse de saber) serão tidos como nascidos depois d'aquella data, porque na duvida absolvo-se, proteje-se, a duvida aproveitará aos ditos innocentes. Diligencia esta que o juiz que assistiu ás descrições era obrigado a fazer, incontinenti; porque a omissão é punida pela lei.

« Convém para a boa deliberação, que o juiz especifique explicitamente nella quaes são os menores de 12 annos que a lei impede de ser separados de suas mães; pois neste inventario ha tres delles que são mandados partilhar sem attenção a isso, e ainda que venha citada a lei. Porém que não estando explicitamente mencio-

(1) Muito bem! E' assim mesmo! A tal ordem gradativa opera milagres.

(2) E outros motivos?! Diga-nos quaes são elles — visto que a justiça e a lei não admittem mysterios.

(3) Art. 44 do aviso de... de, que é um verdadeiro additamento ao codigo na phrase do... cujo art. deve determinar o seguinte: — O juiz que mandar avaliar escravos que na terça dos testadores ficarem liberos, commetterão uma irregularidade criminosa, punida pelo art. 4754 do cod. que se formulará em virtude do provimento supra.

(4) Muita cautella, senhor preparador, não faça o mesmo que o 1.º supplente que despacha por conversas, e não pelo que consta do « estomago » dos autos.

« nados dá em resultado o — esse et non esse. Ainda mesmo que seja a mãe livre e o filho menor escravo ou vice-versa a separação não se realizará, porque fica sempre o menor privado dos carinhos maternos etc. etc. E' assim que quem ficar com um precisadamente ficará com o outro. (5)

« Mando que volte sua attenção para as dividas passivas, de modo que não sejam phantasticas, para não ficarem lezados os interessados e a fazenda (6), de cujos interesses é o juiz tambem fiscal. Para o que deverá ter em vista o que dispõe a lei: o sello em recibos de mais de cincoenta mil réis etc. etc. (7) Netto duas contas do funeraes attendidas, para atendel-as (veja — Menezes, Juizes divisorios). Como estas outras existem, que ainda mesmo verdadeiras, devem ser haçadas pelas meios ordinarios (8) por não estarem revestidas das solemnidades legais, de que carecem; como acontece com as privilegiadas.

« Assim determino, nesta oportunidade, afim de que se evitem as irregularidades que impressão o final julgamento dos presentes autos. S. Francisco 11 de Novembro de 1872. — José Bernardes Marques Leite. — Em tempo. — Cumpra-se o disposto na ultima parte do art. 45 do decreto n. 4835 do 1.º de Dezembro de 1871. — Era supra. — J. B. Marques Leite. — Ainda. — Hei esta por publicada em mão do escrivão. — Era supra. — J. B. Marques Leite. (9)

Pode-se dar maior absurdo do que esse? Não por certo.

Crêmos que em tempo algum se vio, ou se verá uma decisão tão fóra da letra da lei, baseada sobre falsos alicerces, e por consequencia inepta, como passamos a explicar; não para os praticos, como já dissemos na publicação anterior, mas para os que não entendem da materia.

(Continúa.)

EDITAL.

Pela administração da meza de rendas desta capital se faz publico que do 1.º de Junho proximo futuro em diante, durante o prazo de trinta dias uteis, terá lugar á boca do cofre, a cobrança do segundo semestre do imposto sobre predios urbanos, em todos os referidos dias das nove horas da manhã ás duas da tarde, devendo os contribuintes satisfazerem o mencionado imposto dentro do sobredito prazo sob pena de não o fazendo serem onerados com a multa de cinco por cento e execução.

Mesa de rendas provinciales da cidade do Desterro, 1.º de Maio de 1873.

O administrador thesoureiro
Antonio Luiz do Livramento.

ANNUNCIO.

A THEZOURA DA MODA

DE

ALEXANDRE DELAITI & C.

4 RUA DO SENADO 4

Surtimento de casemiras francezas e Inglezas das mais modernas.

Aprompta-se qualquer obra de vestuário com precisão e elegancia.

Recebe-se todos os mezes o figurino de modas de Paris.

4 RUA DO SENADO 4

(5) E não será um acto criminoso partilhar-se a mãe liberta?!

Que incoherencia, é crime avaliar, e não é partilhar se a liberta ou libertos!!

(6) Uns e outros não as impugnaram; logo as reconhecem verdadeiras.

(7) E tuti quanti.

(8) Por que regra?! Será em virtude da ordem « gradativa »?

(9) Ora graças a Deus, julguei que nunca se acabassem — os « em tempos — os aindas, as eras supras et magna comitante ».

Typ. de J. J. Lopes, rua da Trindade n. 2.